

# Correio da Justiça do Trabalho



Ano 2 – Número 36 – 18 de junho de 2012

## PJe-JT

### PJe-JT chega ao estado de Goiás



O Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) foi implantado oficialmente na Vara do Trabalho de Luziânia (GO) na última sexta-feira (15). A unidade judiciária é a oitava a adotar o sistema.

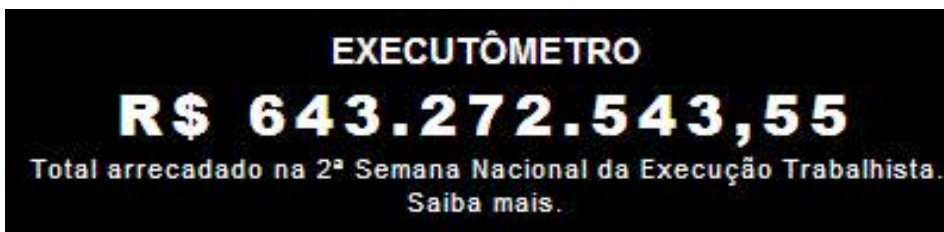
Em Goiás, a ferramenta será utilizada inicialmente na Vara do Trabalho de Luziânia, que também tem jurisdição sob o município de Cristalina. A partir de agora, todas as novas ações trabalhistas na unidade tramitarão pelo PJe-JT. “A implantação do PJe em Luziânia constitui mais um degrau na concretização do plano que abraçamos ao lançarmos as bases do PJe”, firmou o presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen. “Luziânia começa com um sistema que já vem consagrado pelo estrondoso sucesso nas Varas do Trabalho onde o PJe-JT já foi instalado”.

Em seu discurso, ao destacar as inúmeras vantagens trazidas pelo processo eletrônico, o presidente ressaltou a importância do impacto ambiental positivo do uso do sistema, “sobretudo agora, quando ocorre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20, numa clara demonstração de que a Justiça do Trabalho está alinhada com os temas globais”. Dalazen lembrou que o sistema reduz o consumo de papel e água, diminui gastos com energia elétrica e contribui para a preservação de árvores”, afirmou.

À tarde houve a instalação do módulo de 2º grau do PJe-JT na sede do TRT em Goiânia. Primeiramente, o Tribunal receberá apenas mandados de segurança via PJe-JT, que serão julgados pelo Tribunal Pleno. O TRT terá 90 dias para expandir o sistema para outras classes originárias (ações rescisórias, dissídios coletivos, entre outros) e também para as classes recursais, conforme determina a Resolução nº 94 do CSJT.

(Noemia Colonna/ CSJT e Renato Parente / TST)

## 2ª Semana Nacional de Execução Trabalhista



A 2ª Semana Nacional da Execução Trabalhista encerrou com recorde de arrecadação e milhares de processos solucionados em todo o país. Os dados finais estarão disponíveis nesta terça-feira (19), mas o último balanço apontou a homologação de R\$ 643.272.543,55 em acordos (R\$420milhões), leilões (R\$73milhões) e bloqueios no BacenJud (R\$150milhões). Foram homologados 38.863 acordos em 42.788 audiências de conciliação em execução realizadas.

A edição deste ano da Semana Nacional de Execução superou em resultados a primeira, realizada em 2011. No Rio Grande Sul, por exemplo, houve um aumento de 37% no número de audiências de conciliação realizadas e 42% nos acordos, o que garantiu o pagamento de R\$ 28,4 milhões em dívidas trabalhistas, valor 35% superior ao do ano passado.

Em Santa Catarina, um processo arquivado há 15 anos chegou ao fim. O ex-garçom de um restaurante que já fechou há muitos anos finalmente conseguiu receber os seus R\$2,7mil decorrentes de uma ação que foi arquivada porque o devedor não havia sido localizado na época. “Fizemos o desarquivamento e utilizamos o Bacen Jud. Não deu outra: conseguimos bloquear o dinheiro na conta de um dos antigos proprietários”, conta o diretor de secretaria da 7ª Vara do Trabalho de Florianópolis, Antonio Marcos da Silva Melo.

No leilão realizado em Belo Horizonte, pelo TRT da 3ª Região, dois itens chamaram a atenção do público. “Em todo leilão sempre aparece algum bem diferente. Neste, por exemplo, temos um lote com oferta de mais de 7 mil latas de abacaxi em calda e outro com mais de 1800 garrafas de cerveja, aliás, um dos bens que mais despertou curiosidade e interesse das pessoas”, comentou a leiloeira Ângela Saraiva.

Com a realização da 2ª Semana Nacional de Execução, centenas de outros processos que estavam em pauta foram solucionados por meio de acordos, poucos dias antes do início do evento, como o caso entre o Clube Náutico Capibaribe, em Recife (PE), e o ex-jogador Josenildo Caetano da Silva, conhecido como Nildo. O estádio do clube estava na lista dos bens que iriam a leilão durante a Semana de Execução para garantir o pagamento de uma dívida ainda do ano de 2006, no valor de R\$280mil. Diante da possibilidade de ver leiloada a sede e todos os equipamentos, o Clube ofereceu ao jogador o parcelamento da dívida, conseguindo retirar o imóvel da lista de bens a serem leiloados.

O TST também, por recomendação do ministro Dalazen, deu prioridade ao julgamento de processos em fase de execução. O gabinete do ministro Emmanoel Pereira, da Quinta Turma, por exemplo, “zerou” seu estoque de processos nessa fase, decidindo 130 casos. O ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, que compõe a Oitava Turma, julgou 19 processos em sessão e decidiu monocraticamente outros 93.

(Rafaela Alvim / Carmem Feijó)

2ª SEMANA DA EXECUÇÃO TRABALHISTA			
Período: 11 a 15 de Junho de 2012			
Valores arrecadados por Tribunal			
Tribunal	Acordos Homologados (1º e 2º Graus)	Valores Arrecadados com Leilões	TOTAL
TRT1	R\$ 73.922.770,43	R\$ 1.681.686,00	R\$ 75.604.456,43
TRT2	R\$ 68.906.840,46	R\$ 10.372.424,37	R\$ 79.279.264,83
TRT3	R\$ 24.534.431,43	R\$ 0,00	R\$ 24.534.431,43
TRT4	R\$ 17.368.746,57	R\$ 186.352,00	R\$ 17.555.098,57
TRT5	R\$ 8.443.649,22	R\$ 4.394.468,60	R\$ 12.838.117,82
TRT6	R\$ 6.867.840,73	R\$ 699.906,00	R\$ 7.567.746,73
TRT7	R\$ 3.690.294,80	R\$ 2.653.856,43	R\$ 6.344.151,23
TRT8	R\$ 3.607.111,75	R\$ 0,00	R\$ 3.607.111,75
TRT9	R\$ 7.658.632,63	R\$ 0,00	R\$ 7.658.632,63
TRT10	R\$ 1.849.066,30	R\$ 0,00	R\$ 1.849.066,30
TRT11	R\$ 6.549.693,62	R\$ 0,00	R\$ 6.549.693,62
TRT12	R\$ 73.656.409,97	R\$ 20.172.350,00	R\$ 93.828.759,97
TRT13	R\$ 2.152.395,77	R\$ 0,00	R\$ 2.152.395,77
TRT14	R\$ 4.869.764,52	R\$ 0,00	R\$ 4.869.764,52
TRT15	R\$ 82.616.042,52	R\$ 0,00	R\$ 82.616.042,52
TRT16	R\$ 6.316.374,19	R\$ 53.000,00	R\$ 6.369.374,19
TRT17	R\$ 1.535.873,29	R\$ 0,00	R\$ 1.535.873,29
TRT18	R\$ 4.728.854,28	R\$ 0,00	R\$ 4.728.854,28
TRT19	R\$ 3.831.551,96	R\$ 166.717,64	R\$ 3.998.269,60
TRT20	R\$ 3.899.490,77	R\$ 66.799,84	R\$ 3.966.290,61
TRT21	R\$ 4.030.383,55	R\$ 1.760.934,58	R\$ 5.791.318,13
TRT22	R\$ 5.486.997,60	R\$ 838.485,75	R\$ 6.325.483,35
TRT23	R\$ 1.082.513,77	R\$ 30.493.076,00	R\$ 31.575.589,77
TRT24	R\$ 2.810.188,90	R\$ 0,00	R\$ 2.810.188,90

## Estádio do Mineirão tem Ato Público na sexta-feira (22)



O Ato Público pelo Trabalho Seguro em Belo Horizonte será realizado na esplanada do novo Mineirão, no dia 22 (sexta-feira), às 10h. O evento terá a presença do presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, do ex-jogador Bebeto e de vários ex-jogadores mineiros, especialmente convidados para a solenidade.

(Viviane Gomes/TST e TRT 3ª Região)

## Estatística e Gestão Estratégica são tema de encontro no TST



No dia 28 será realizado o 2º Encontro de Estatística e Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho, quando serão apresentados os dados de 2011 e a ferramenta de gestão estratégica que será implantada em todo o país. O evento será das 8h30 às 17h, no auditório da Enamat, no bloco A, no TST. A abertura será feita pelo secretário-geral da Presidência do TST, Rubens Curado Silveira, e pelo secretário-geral do CSJT, Ricardo Lucena.

(Viviane Gomes)

Fale com o presidente  
caroscolegas@tst.jus.br

## Expediente



### Presidente

Ministro João Oreste Dalazen

### Vice-Presidente

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

### Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Ministro Antônio José de Barros Levenhagen

### Correio da Justiça do Trabalho

Ano 2 – Número 36 – 18 de junho de 2012

### Secretaria de Comunicação Social do TST

Assessoria de Comunicação do CSJT

Contato: caroscolegas@tst.jus.br



A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) teve ampla participação da Justiça do Trabalho durante a primeira semana do evento. No Parque dos Atletas, área reservada para exposições dos Estados-membros das Nações Unidas e do governo brasileiro, o TST e o CSJT mostraram programas, projetos e ações relacionados à sustentabilidade.

O Programa Trabalho Seguro e o Guia de Compras Sustentáveis foram alguns dos destaques da semana. Os participantes tiveram acesso a vídeos, catálogo e folder produzidos em três línguas (português, inglês e espanhol).

Na sexta-feira (15) foi realizada a palestra “O Fórum Governamental de Responsabilidade Social (FGRS) e a Sustentabilidade na Administração Pública”, proferida pelas coordenadoras do Fórum, dentre as quais Ana Borges, do CSJT.

Para esta segunda-feira (18), às 11h, no estande 4, está programado o lançamento do módulo do PJe-JT no TRT da 1ª Região (RJ), que será feito pelo presidente do TST e CSJT, João Oreste Dalazen. O projeto está sendo apresentado na Rio+20 por promover o uso racional e inteligente da tecnologia em prol de uma justiça mais célere, acessível, eficiente e sintonizada com a preservação ambiental. A estimativa é que, em longo prazo, o PJe resulte na economia de 5,6 mil toneladas de papel por ano – o equivalente a 112 mil árvores. O impacto socioambiental abrange também a economia de combustível e gases emitidos por veículos utilizados no transporte dos processos entre as Varas do Trabalho, Tribunais Regionais e TST.

Ainda no dia 18, o secretário-geral da Presidência do TST, juiz do Trabalho Rubens Curado Silveira, falará sobre o Programa Trabalho Seguro, às 18h.

Confira a programação e demais detalhes sobre a Justiça do Trabalho na Rio+20 no [site](#).

(Marta Crisóstomo / Rafaela Alvim / Carmem Feijó)

## Novos Ministros



Alexandre de Souza Agra-Bélmonte

Hugo Carlos Scheuermann

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal aprovou, por unanimidade, as indicações dos desembargadores Hugo Carlos Scheuermann (TRT 4ª Região) e Alexandre de Souza Agra Belmonte (TRT 1ª Região) para compor o Tribunal Superior do Trabalho. A matéria aguarda agora a aprovação pelo Plenário e, posteriormente, a nomeação pela presidenta da República.

(Carmem Feijó)

## Jurisprudência

### STF decide que ex-servidor sem concurso tem direito a FGTS

O Supremo Tribunal Federal reconheceu, no dia 13, o direito aos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço a trabalhadores que tiveram o contrato com a administração pública declarado nulo devido à ausência de prévia aprovação em concurso público. A decisão foi tomada no julgamento do RE 596478, que, por maioria, foi desprovido.

O entendimento segue a atual redação da Súmula 363 do TST, alterada em 2003 depois que a MP 2164-41/2001 modificou o artigo 19 da Lei 8.036/1990 e determinou ser devido o depósito do FGTS quando o contrato for declarado nulo nas hipóteses previstas no artigo 37, parágrafo 2º, da CF. [Leia mais.](#)

(Carmem Feijó)